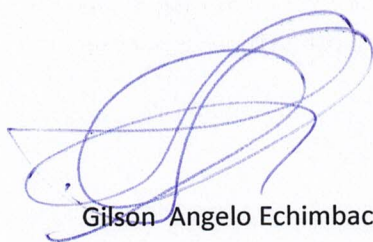


DECLARAÇÃO DE ACEITE

Eu Gilson Angelo Echimback , inscrito no RG 3.099204-0 SSP/PR e CPF 408.275.429-68, representante da Associação de Viola Caipira inscrita no CNPJ 18.600.384/0001-49 com sede em Francisco Beltrão Paraná, declaro estar de acordo com o valor a ser recebido na forma de cachê para realização de apresentação no evento da EXPOBEL 2022 ,30 Edição, nos dias 7,e 8 de Março de 2022. Durante a realização dos Valores Municipais.

Francisco Beltrão Pr, 22 de Fevereiro de 2022.



Gilson Angelo Echimbach

Representante.

PJ: 163842-4
PF: 160417-1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA
CNPJ: 18.600.384/0001-49

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:59:12 do dia 22/02/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/08/2022.

Código de controle da certidão: **2C2D.D3E8.EF4D.DDCE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.600.384/0001-49
Certidão nº: 6212039/2022
Expedição: 22/02/2022, às 10:03:50
Validade: 21/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.600.384/0001-49**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.600.384/0001-49

Razão Social: ASSOCIACAO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA

Endereço: RUA MANAUS 572 / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2022 a 17/03/2022

Certificação Número: 2022021601261180931592

Informação obtida em 22/02/2022 10:08:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 026185718-87

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **18.600.384/0001-49**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/06/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.600.384/0001-49 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/07/2013
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OBVC			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R MANAUS	NUMERO 572	COMPLEMENTO *****	
CEP 85.601-200	BAIRRO/DISTRITO ALVORADA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (46) 3523-1303	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/12/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/01/2022** às **11:19:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

ESTATUTO SOCIAL DA ORQUESTRA BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA



CAPÍTULO PRIMEIRO

Da Denominação e Da Natureza Jurídica

Artigo 1º. – Fica instituída a **Associação Beltronense de Viola Caipira**, também nominada, abreviadamente, **OBVC**, uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se regerá por este ESTATUTO e pelas normas legais pertinentes.

CAPÍTULO SEGUNDO

Da Sede e Do Foro

Artigo 2º. – A **OBVC** terá sua sede e foro nesta cidade de **Francisco Beltrão**, Estado do **Paraná**, na **Rua Manaus nº 572**, podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação, bem como no exterior.

Artigo 3º. – O prazo de duração da **OBVC** é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO

Dos Objetivos

Artigo 4º. – A **OBVC** tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a criação, instalação, manutenção e desenvolvimento de uma sociedade musical na Cidade de **Francisco Beltrão**, Estado do **Paraná**.

Parágrafo 1º. – A **OBVC**, para a consecução de suas finalidades, poderá propor, promover, colaborar, coordenar ou realizar ações, visando:

I – a execução de programas e projetos de estímulo ao desenvolvimento das artes musicais, através de atividades de cunho educativo, artístico e sócio-cultural, bem como do resgate e difusão de conhecimentos e técnicas tradicionais e alternativas, do saber científico e da democratização e acesso às tecnologias específicas de informação;

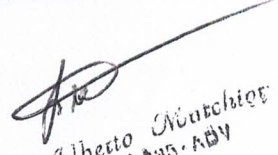
II – o intercâmbio com instituições de ensino e com entidades artísticas, científicas e sócio-culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando troca de experiências e de informações, cooperação e divulgação nos âmbitos da produção e da promoção artístico-cultural, técnica e científica, com ênfase na área de música;

III – o ensinamento musical, ministrado com enfoque no desenvolvimento dos valores e talentos locais;

IV – a participação em eventos em geral, promovendo retretas, festivais e apresentações em logradouros públicos.

Artigo 5º. – A **OBVC** não se envolverá em questões de ordem religiosa, político-partidária ou quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

Ma


João Alberto Mutschler
OAB/PR 21.835-ABV

CAPÍTULO QUARTO

Dos Sócios, seus Direitos e Deveres



Artigo 6º. - A **OBVC** é constituída por número ilimitado de sócios, definidos pelas seguintes categorias: efetivos, colaboradores e beneméritos.

Artigo 7º. - São sócios efetivos as pessoas, físicas ou jurídicas, sem impedimentos legais, que assinaram os atos constitutivos da entidade e outros que venham a ser admitidos nos termos do Artigo 10º, Parágrafo Único, do presente Estatuto.

Artigo 8º. - São sócios colaboradores pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimentos legais, que venham a contribuir financeiramente na execução de projetos e na realização dos objetivos da **OBVC**.

Artigo 9º. - São sócios beneméritos, pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunem com os objetivos desta Sociedade.

Artigo 10º. - Os associados qualquer que seja sua categoria, não respondem individual, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da **OBVC**, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - A admissão de novos sócios, colaboradores e beneméritos, será decidida pela Assembleia Geral, mediante proposta de sócios efetivos ou do Presidente.

Artigo 11 - São direitos dos sócios:

- I - participar de todas as atividades associativas;
- II - propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- III - apresentar ou apreciar propostas, programas e projetos de interesse ao desenvolvimento da **Associação Orquestra Beltronense de Viola Caipira**.

Parágrafo Único - os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Artigo 12 - São deveres dos sócios:

- I - observar e cumprir o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da Sociedade;
- II - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da **OBVC** e difundir seus objetivos e ações.
- III - pagar regularmente, com exceção dos sócios beneméritos dispensados de tal obrigação, as contribuições fixadas pela Assembleia Geral.

Artigo 13 - Considera-se falta grave, passível de exclusão do sócio, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a **OBVC**.

Parágrafo Único - A exclusão será sempre proposta por um sócio e julgada pela Assembleia Geral, sendo que o sócio em questão, deverá apresentar um relatório por escrito para sua defesa, 72h (setenta e duas horas) antes da assembleia.

CAPÍTULO QUINTO

Dos Órgãos Sociais

Artigo 14 - São órgãos da administração da Sociedade:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

Ata



CAPÍTULO SEXTO

Da Assembleia Geral

Artigo 15 - A Assembleia Geral, órgão máximo da Sociedade, é constituída pelos sócios efetivos da **OBVC**

Artigo 16 - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que necessário, e, ordinariamente, uma vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:

- I - apreciação e aprovação dos planos de trabalho e respectivos orçamentos;
- II - apreciação e aprovação do Relatório Anual de Atividades, do Balanço Anual e dos demais relatórios financeiros e contábeis do exercício anterior;
- III - nomeação dos membros do Conselho Fiscal;
- IV - nomeação ou destituição dos membros da Diretoria Executiva;
- V - admissão de novos sócios colaboradores e beneméritos;
- VI - análise dos atos das gestões administrativa e financeira da Sociedade;
- VII - alterações e reforma deste Estatuto em assembleia geral extraordinária para esse fim específico, com a presença de um mínimo 20% dos sócios.
- VIII - apreciação e deliberação sobre casos omissos, não previstos neste Estatuto;
- IX - extinção da Sociedade e destinação do patrimônio social.

Artigo 17 - As Assembleias Gerais serão convocadas, por carta assinada, pelo Presidente ou pela maioria absoluta dos sócios efetivos.

Parágrafo Único - A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de carta endereçada a todos os sócios, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, acompanhada da pauta da reunião.

Artigo 18 - O quorum mínimo exigido para a instalação da Assembleia Geral, a qualquer tempo, é de 50% (cinquenta por cento) dos sócios efetivos.

CAPÍTULO SÉTIMO

Da Diretoria Executiva

Artigo 19 - A **OBVC** será dirigida pela Diretoria Executiva eleita pela Assembleia Geral para um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleita por mais um período consecutivo.

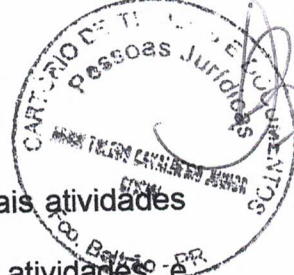
Parágrafo Único - A Diretoria Executiva será composta por um Presidente, Vice-Presidente, 1º. Secretário, 2º. Secretário, 1º. Tesoureiro, e 2º. Tesoureiro.

Artigo 20 - A administração da **OBVC** caberá ao Presidente, que a representará em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral.

Artigo 21 - O Presidente da **OBVC** terá as seguintes atribuições, podendo delegar ao Vice-presidente, através de ato formal, para exercê-las:

- I - coordenar e dirigir as atividades gerais da **OBVC**;
- II - celebrar convênios e realizar a filiação da **OBVC** em instituições ou organizações congêneres, por delegação do Presidente;
- III - contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da **OBVC**.
- IV - elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional da **OBVC** e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;
- V - exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente neste Estatuto.

Ho



- VI - representar a **OBVC** em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Sociedade;
 - VII - encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos, bem como os pareceres do Conselho Fiscal sobre os balancetes e o balanço anual;
 - VIII - elaborar e submeter à Assembléia Geral o Orçamento e Plano de Ação Anual;
 - IX - propor aos sócios efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;
 - X - propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção da **OBVC**, observando-se o Artigo 16, Inciso IX, do presente Estatuto, quanto ao destino de seu patrimônio;
 - XI - adquirir, alienar ou gravar bens imóveis da Sociedade, mediante autorização expressa da Assembléia Geral;
 - XII - convocar o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário.
- Parágrafo 1º.** - É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da **OBVC**, inclusive dar avais.

Artigo 22 – Compete ao Vice-presidente:

- I – substituir o Presidente de acordo com o art. 21 deste Estatuto;
- II – exercer as funções da administração geral, financeira, orçamentária e contábil da **OBVC**;
- III - gerir as políticas de pessoal, de material e de patrimônio da **OBVC**;
- IV – administrar os bens, títulos e valores da **OBVC**;
- V - elaborar os planos de trabalho e a proposta orçamentária da **OBVC**;
- VI – assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e demais documentos de natureza financeira e contábil;
- VII – exercer outras atribuições inerentes à administração e finanças da

Artigo 23 – Compete ao Diretor Musical:

- I - coordenar os programas e projetos musicais da **OBVC**;
- II - organizar e manter o arquivo musical;
- III – elaborar o calendário oficial das apresentações musicais da **OBVC**;
- IV - gerir as atividades do ensino da música e programar os ensaios musicais;
- V - definir e organizar, juntamente com o regente ou o mestre musical, o repertório musical da **OBVC**;
- VI – exercer outras atribuições correlatas.

Artigo 24 – Compete ao 1º. Secretário:

- I – Secretariar as sessões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- II – Elaborar calendário das reuniões da Diretoria Executiva;
- III – Responsabilizar-se pela elaboração de atas, ofícios, documentos referentes às ações e solicitações da **OBVC**;
- IV – Manter em dia os registros de sócio e controle de presença;
- V – Cuidar das correspondências da associação, e inclusive manter contatos com os órgãos de imprensa;
- VI – Lavrar as atas de reuniões das Assembleias, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva;
- VII – A elaboração e publicação de boletins informativos internos da **OBVC**.

Artigo 25 – Compete ao 2º. Secretário:

- I – Pesquisar e Indicar ao presidente, novas formas de expressão cultural do município, informando, divulgando e sugerindo a sua inclusão nas atividades da **OBVC**;
- II – Auxiliara qualquer atividade cultural desenvolvida pela **OBVC**, que tenha como finalidade principal o enriquecimento cultural do município e região;

MZ



- III – Colaborar na elaboração de projetos culturais, elaborando planilhas de custos, descrevendo metas sociais a serem atingidas;
- IV – Apresentar projetos culturais para apreciação nas reuniões ordinárias da diretoria;
- V – Auxiliar e/ou substituir o 1º. Secretário na execução das suas atividades pertinentes ao cargo.

Artigo 26 – Compete ao 1º. Tesoureiro:

- I – Firmar juntamente com o presidente, os títulos de crédito de titularidade da associação e proceder da mesma forma, para autorização de pagamentos em espécies;
- II – quitar as obrigações financeiras sob prévia autorização do presidente, assinando-o de forma conjunta com o tesoureiro, os cheques e outros documentos da gestão financeira da associação;
- III – apresentar mensalmente ou, sempre que solicitado, os relatórios de receitas e despesas;
- IV – apresentar o relatório financeiro para ser apreciado na assembleia geral ordinária;
- V – apresentar mensalmente as contas e o balancete financeiro ao conselho fiscal;
- VI – a guarda dos documentos relativos à administração financeira;
- VII – Manter, em conjunto com tesoureiro, os recursos da associação, depositados em instituição bancária, em conta única aberta especialmente para esta finalidade;
- VIII – emitir conjuntamente com o presidente os recibos de doações;
- IX – assinar títulos de crédito, ordens de pagamento e atos correlatos, assinar e endossar cheques sempre em conjunto com presidente;

Artigo 27 – Compete ao 2º. Tesoureiro:

- I – Auxiliar o 1º. Tesoureiro ou substituí-lo na execução das atividades pertinentes ao cargo.

CAPÍTULO OITAVO

Do Conselho Fiscal

Artigo 28 – O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da **OBVC**, compor-se-á de três membros titulares, devendo reunir-se sempre que convocado, nos termos do Artigo 26 deste Estatuto.

Artigo 29 - Os membros do Conselho Fiscal serão indicados pelos sócios efetivos e, após o exame dos respectivos currículos, nomeados pela Assembléia Geral, nos termos do Artigo 16, Inciso III, deste Estatuto.

Artigo 30 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações financeiro-contábeis da **OBVC**, com as observações e ressalvas julgadas necessárias;
- II - opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da **OBVC**, sempre que preciso;
- III - comparecer, quando convocado e necessário, às Assembléias Gerais para esclarecer seus pareceres;
- IV - opinar sobre a dissolução e liquidação da **OBVC**;

Parágrafo 1º. - Os membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos do Conselho.

Parágrafo 2º. - O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

fla



CAPÍTULO NONO

Do Patrimônio

Artigo 31 - O patrimônio da **OBVC** será constituído por doações de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras e internacionais, valores decorrentes de shows e importâncias pagas pelos associados a título de contribuição associativa.

Artigo 32 - A **OBVC** não distribuirá qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Único - A **OBVC** não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante eventuais doadores.

CAPÍTULO DÉCIMO

Do Regime Financeiro

Artigo 33 - O exercício financeiro da **OBVC** encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 34 - As demonstrações contábeis anuais, após o parecer do Conselho Fiscal, serão encaminhadas, dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte, à Assembléia Geral para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

Da Dissolução e da Liquidação

Artigo 35 - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral convocada especialmente para este fim nos termos do Artigo 16, Inciso IX, deste Estatuto, proceder-se-á ao levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições legalmente constituídas e sem fins econômicos, com objetivos sociais semelhantes.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 36 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que venham comprometer a **OBVC** em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Artigo 37 - Poderá a **OBVC**, através de proposta do Presidente à Assembléia Geral, instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados, neste caso, os valores praticados pelo mercado na sua área de atuação.

Artigo 38 - A **OBVC** aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Ma

Artigo 39 – A **OBVC**, em observância aos princípios da legalidade, ~~impossibilidade~~, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Artigo 40 – A **OBVC** deverá observar, no mínimo, as seguintes normas de prestação de contas:

- I - observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - publicação, no encerramento do exercício fiscal, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade.

Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente informou que aprovado o Estatuto Social, cumpria então aos presentes proceder a eleição da Diretoria Executiva da **OBVC** conforme determina o artigo 19 do estatuto ora aprovado.

Os membros da Diretoria Executiva, ora eleitos, declaram não estar incursos em quaisquer crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer as atividades aqui previstas.

Manoel do Carmo da Motta
Presidente

Manoel da Motta

Advogado responsável:

OAB

João Alberto Marchini
OAB/PR 21.838 - ADV

2º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Tenente Camargo, 1999 – Centro – Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-610 – Telefax: (46) 3055-6200

Reconheço por Semelhança a(s) firma(s) de:
MANOEL DO CARMO DA MOTTA

Em test. da Verdade. Dou Fe.

Francisco Beltrão - PR 17 de Julho de 2013

EMPREGADO AUTORIZADO: GUSTAVO DE CAMARGO SARTORI - 113.06

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO FUNARPEN

TÍT E DOC E PESSOAS JURIDICAS

EOA47142

CARTÓRIO ARION CAVALHEIRO

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURIDICAS

Princípio Nº 13467 Registro Nº 2654

Livro Nº

19 JUL 2013 A-57

Manoel do Carmo da Motta

☐ Arion Toledo Cavalheiro Jr - Oficial

☐ Stella Maris Nadir Cavalheiro

☐ Emeline da Silva Caccon

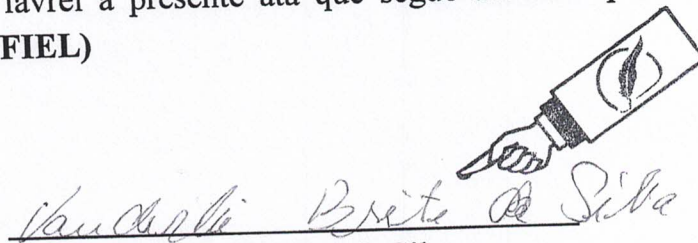
☒ Francieli Bonetti

Escrevente:

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO BELTRONENSE DE VIOLA CAPIRA

Aos quatorze de junho do ano de dois mil e dezenove, na residência do Maestro Motta na Rua Manaus nº 572, em Francisco Beltrão, às dezoito horas (18:00), conforme edital, deu-se início ao pleito da eleição e posse da nova Diretoria da Associação Beltronense de Viola Caipira, concorrendo com chapa única, encabeçada pelo candidato a presidente Vanderlei Brite da Silva e presidida pela comissão eleitoral pelo componente Gilson Angelo Echimback, Dando decorrer dos trabalhos eleitorais, compareceram para votar trinta e cinco associados, sendo todos votos sim, com mandato de quatro anos, a contar do dia de hoje. A diretoria foi eleita e empossada ficando assim composta: Presidente: Vanderlei Brite da Silva, brasileiro, casado, músico, portador do CPF 014860189-80, cédula de identidade registro geral 7115408754 SSP/RS nascido em 17 de setembro de 1974, na natural de Ampere Estado do Paraná, residente na Rua São Marcos, nº 673, CEP 85604-160, Bairro Guanabara, Francisco Beltrão – Paraná. Vice-presidente: Manoel do Carmo Motta, brasileiro, casado, Mestre, portador do CPF. 34935355972, cédula de identidade registro geral 799038, nascido em 16 de julho de 1948, natural de Pitanga, Estado do Paraná, residente na Rua Manaus nº 566, bairro Cristo Rei em Francisco Beltrão - Paraná, telefone 3523-4029; Primeiro-secretário: Edinara Regina do Amaral, brasileira, casado, cantora, portador do CPF nº 790496210-15, cédula de identidade registro geral nº 5078947628, nascido em 11 de Junho de 1978, natural de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul, residente na Rua São Marcos nº 673, Bairro Cango, Francisco Beltrão – Paraná. Segundo-secretário: Segundo - secretário: Sebastião Luiz Pereira da Silva, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do CPF 390425619-04, cédula de identidade registro geral nº 3132137-9 SSP/Pr, nascido em 02 de março de 1960, natural de Campo Mourão, Estado do Paraná, residente na Rua Papa Pio XII, nº 687, Bairro Cango, CEP 85604-230, Francisco Beltrão - Paraná; Primeiro-tesoureiro: Gilson Angelo Echimback, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 408275429-68, cédula de identidade registro geral nº 3099204-0 SSP/Pr, nascido em 10 de outubro de 1961, natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Antonio Marcelo nº 1440, CEP 85605-440, bairro Vila Nova, Francisco Beltrão – Paraná. Segundo-tesoureiro: Erminio Sivergnini, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 221604770-87, cédula de identidade registro geral nº 7522914-3, nascido em 16 de Março de 1954, Natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Pernambuco nº 462, Bairro Centro em Francisco Beltrão – Paran. Conselho Fiscal Efetivos: Membro: Vanilde Terezinha do Vale, brasileira, casado,

autônoma, portador do CPF nº 588756709-00, cédula de identidade registro geral nº 42353124, nascido em 05 de abril de 1968, natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Anísio Texeira nº 158, Bairro Alvorada, Francisco Beltrão – Paraná. Membro: HELDER ANTONIO CATTO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 880752309-49, cédula de identidade registro geral nº 60393745 SSP/Pr, nascido em 18 de Janeiro de 1973, natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Tocantins, nº 252, Bairro São Miguel, CEP 85602-200, Francisco Beltrão – Paraná. Membro: Luciano da Silva, brasileiro, casado, vigilante, portador do CPF 02156004951, cédula de identidade registro geral nº 6950731-0 SSP/Pr, nascido em 22 de fevereiro de 1978, Natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Etelvino Valdameri nº 65, Bairro Loteamento Rota do Sol, CEP 85606-474, Francisco Beltrão – Paraná. Conselho Fiscal Suplentes: Membro: Altair Padilha, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 368839309-06, cédula de identidade registro geral nº 21039128 SSP/Pr, nascido em 06 de novembro de 1960, natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente na Rua Pe Manoel da Nobrega nº 334, Bairro Cristo Rei, CEP 85602-03, Francisco Beltrão – Paraná. Membro: Ivo Lazario, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF 473479619-04, cédula de identidade registro geral nº 668008-3 SSP/Pr, nascido em 17 de fevereiro de 1960, Natural de Erechim, Estado Rio Grande do Sul, residente na Rua São Marcos nº 767, Bairro Congo, CEP 85601-000, Francisco Beltrão – Paraná. Membro: Valdecir Lorenzi, brasileiro, casado, autonomo, portador do CPF 628378349-04, cédula de identidade registro geral nº 5353638-7 SSP/Pr, nascido em 22 de setembro de 1966, Natural de Eneas Marques, Estado do Paraná, residente na Rua Mandaguari nº 728, Bairro Luter King, CEP 85605-150, Francisco Beltrão – Paraná. Após encerrada a eleição o Presidente da comissão eleitoral Gilson Angelo Echimback, deu posse a nova diretoria eleita pelo período de quatro anos. O presidente atual, Manoel do Carmo Motta, agradeceu o trabalho de toda a diretoria. O presidente eleito, Vanderlei Brite da Silva, também no uso da palavra convocou todos os associados para trabalharem unidos em prol da entidade. Sem mais para o momento, eu Edinara Regina do Amaral, secretária, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos presentes. (CÓPIA FIEL)



Vanderlei Brite da Silva
Presidente / CPF 014860189-80

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO BELTRONENSE DE VIOLA CAIPIRA, CNPJ 18.600.384/0001-49, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e dois, as 20:00 horas, os Associados da Associação Beltronense de Viola Caipira, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, atendendo o Edital conforme segue: O Presidente em exercício, da ASSOCIACAO BELTRONENSE DADE VIOLA CAIPIRA, no uso das atribuições legais na forma de acordo com o artigo nº 16, nº 17 e nº 18 do Estatuto Social convoca os Associados, para Assembleia Geral Ordinária realizar-se dia 27 dias do mês de Janeiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), Rua Antônio Marcelo nº 1440, Bairro Vila Nova, Município de Francisco Beltrão, com primeira convocação as 19:00 com a presença de mais da metade dos associados, ou em segunda convocação, uma hora depois ou seja 20:00 com qualquer número de presentes, com a seguinte ordem do dia: 1) Posse do Presidente pela vacância de Cargo, 2) Assuntos Gerais. Francisco Beltrão, 14 de janeiro de 2022. Gilson Angelo Echimbak, Presidente em exercício. O Presidente em exercício, declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar a ordem do dia. Solicitou ao associado ERMÍNIO SIVERGNINI, para que fizesse a leitura do Edital. Feita a leitura. Que em seguida foi feito a leitura das correspondências da vacância dos cargos do Presidente Vanderlei Brites da Silva, e Vice-Presidente Manoel do Carmo Motta, Primeira Secretária Regina do Amaral e segundo Secretário Luiz Pereira da Silva. Que pela ordem do Estatuto Social pela vacância do cargo de presidente fica empossado o associado no cargo de Presidente o associado GILSON ANGELO ECHIMBAK, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 408.275.429--68 e a Cédula de identidade geral nº 3.099.204-0 PR, data de nascimento 10 de outubro de 1961, natural de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, residente e domiciliado a Rua Antônio Marcelo nº 1440, Bairro Vila Nova, CEP nº 85605-440, Fone Celular 46-999301599, Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. E que os demais cargos permanecem na forma da ata de 14/06/2019, registro nº 2654 do Registro Civil da Pessoa naturais e Jurídicas Títulos e Documentos – Ofício Único, de Francisco Beltrão de 26/06/2019. O presidente agradeceu e convocou os associados a se enganarem e prol da entidade, deixando a palavra livre aos Associados presentes. Nada mais havendo a registrar foi encerrada a presente ata da Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu, ERMÍNIO SIVERGNINI, secretário, para constar, lavrei a presente ata, que depois lida foi aprovada por todos os presentes.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

PR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1595797904

PROIBIDO PLASTIFICAR
1595797904

NOME
GILSON ANGELO ECHIMBACK

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
3099204-0 SESE PR

CPF
408.275.429-68

DATA NASCIMENTO
10/10/1961

FILIAÇÃO
IZABEL APARECIDA ECHIMBACK

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO 02177713277

VALIDADE 20/02/2023

1ª HABILITAÇÃO 19/01/1983

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL FRANCISCO BELTRAO, PR

DATA EMISSÃO 20/02/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

05488661146
PR913899337

PARANÁ

Banco: 133

Agencia: 1026

C/C: 9913-6

Viola Caipira

CNPJ: 18.600.384/0001-49